

Após denúncia, Juscelino Filho pede demissão

Ministro das Comunicações é acusado de corrupção

Por Gabriela Gallo

Em meio às expectativas de reforma ministerial, mais um nome terá de ser substituído, e essa troca deve gerar problemas para o governo federal. Na noite desta terça-feira (8), o ministro de Comunicações, Juscelino Filho, pediu demissão de seu cargo no governo federal. O comunicado foi anunciado horas depois da informação de que a Procuradoria-Geral da República (PGR) ingressou com denúncia contra o ministro por corrupção. A denúncia, encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF), implica Juscelino Fillho pelo desvio de recursos de emendas orçamentárias na época em que ele era deputado federal pelo União Brasil do Maranhão – cargo do qual ele se licenciou para assumir o ministério.

O ministro escreveu uma carta pública comunicando seu pedido de demissão. No documento, ele nega as acusações da PGR, agradece a oportunidade de trabalhar no ministério e faz um balanço de sua gestão frente à pasta. “A decisão de sair agora também é um gesto de respeito ao governo e ao povo brasileiro. Preciso me dedicar à minha defesa, com serenidade e firmeza, porque sei que a verdade há de prevalecer. As acusações que me atingem são infundadas, e confio plenamente nas instituições do nosso país, especialmente no Supremo Tribunal Federal, para que isso fique claro”, escreveu Juscelino Filho.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) viajou para Honduras nesta terça-feira (8) para participar da 9ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Estados La-



Joédson Alves/Agência Brasil

Juscelino aguardará volta de Lula para deixar o cargo

tino-Americanos e Caribenhos (Celac). Diante do compromisso presidencial, o comunicado oficial da demissão de Juscelino Filho só será realizado quando o presidente da República retornar ao Brasil. Assim, oficialmente, até a volta de Lula, Juscelino permanece ministro.

A expectativa é que o cargo continue com um representante do União Brasil. A priori, a sigla deve indicar o líder do União Brasil na Câmara dos Deputados, Pedro Lucas Fernandes (MA), para assumir o cargo. Inicialmente, o partido sugeriu realocar o ministro do Turismo, Celso Sabino (também representante da sigla), para o cargo, mas o presidente vetou, alegando que está satisfeito com a gestão de Sabino no Turismo.

Denúncia

A denúncia da Procuradoria-Geral da República foi entregue

na última semana ao ministro do Supremo Flávio Dino, que é relator das denúncias que envolvem as emendas parlamentares. O processo corre sob sigilo.

De acordo com a denúncia, quando era deputado federal Juscelino filho encaminhou emendas parlamentares para a Prefeitura de Vitorino Freire (MA), município em que sua irmã, Luanna Rezende (também do União Brasil), era prefeita na época. Em troca, ele teria recebido propina de obras executadas. Apurações da Polícia Federal (PF) apontaram fraudes nas licitações para pavimentação de asfalto da prefeitura, que teriam o objetivo de entregar as obras ao empresário Eduardo José Costa Barros, que, em troca, faria pagamentos de propina a Juscelino por meio de laranjas.

A PF também utilizou como prova um relatório da Contro-

ladoria-Geral da União (CGU) que apontava as suspeitas de que uma das obras dos repasses teria beneficiado propriedades da família de Juscelino. Foram repassados ao menos R\$ 50 milhões de emendas parlamentares vindas do orçamento secreto para Vitorino Freire. Em 2020, R\$ 5 milhões foram destinados para asfaltar uma estrada que passava em frente a fazendas da família do ministro. Em junho de 2024, a PF finalizou o inquérito sobre o caso indiciando o ministro pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

Após a PGR enviar a denúncia, o ministro Flávio Dino avaliará o caso e deve submetê-lo à Primeira Turma do STF, para que seja decidido se a acusação merece se tornar uma ação penal, o que tornaria Juscelino Filho réu. Não há prazo definido para o julgamento do caso.

Governo entrega PEC de Segurança Pública a Motta

Marina Campos/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

O governo federal apresentou nesta terça-feira (8) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. O projeto foi entregue pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e pela ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, Gleisi Hoffmann, ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), durante um café da manhã com líderes partidários na residência oficial.

Lewandowski destacou a unanimidade entre os líderes sobre a urgência do tema e a necessidade de uma discussão aprofundada sobre segurança pública no Congresso Nacional. “A reunião foi extremamente proveitosa. Houve uma unanimidade no sentido de reconhecer a importância de discutirmos a segurança pública em nosso país e também a relativa urgência de que isso seja feito no Congresso Nacional”, destacou. “Agora, tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo devem à sociedade brasileira a discussão desse grande tema que, ao lado da saúde e da educação, preocupa o cidadão”.

O presidente da Câmara ressaltou o apoio à necessidade da PEC, mencionando que, apesar das diferenças políticas, todos os partidos representados concordaram com a urgência de tratar o assunto. Em tom metafórico, o deputado, médico de formação, comparou o crime organizado a um câncer em metástase — estágio avançado da doença — e



Motta comparou a criminalidade a um câncer

garantiu que a segurança pública será uma prioridade em sua gestão.

“Vamos, sim, dar o remédio que for preciso para salvar esse paciente, para salvar o Brasil. Podem ter certeza de que essa será pauta prioritária da nossa gestão à frente da Câmara, pois penso que é a pauta que a sociedade mais espera por respostas neste momento”, afirmou Motta.

PEC

A PEC proposta visa conferir status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), criado em 2018 por meio de lei ordinária. O objetivo principal da emenda é fortalecer o Estado no combate ao crime organizado, estabelecendo diretrizes para padronização de protocolos, informações e dados estatísticos, sem reduzir a autonomia de estados e municípios.

Segundo o governo, o texto foi ajustado com base em um amplo debate com governadores e sociedade civil e incluiu sugestões apresentadas para, dessa forma, assegurar que “as novas funções da União não reduzem a autonomia de estados e municípios nem o controle sobre suas polícias”.

Além disso, atualiza as competências da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). A sugestão é que a PRF seja chamada de Polícia Viária Federal e passe a fazer o policiamento ostensivo em rodovias, ferrovias e hidrovias federais, sendo que “não exercerá funções próprias das polícias judiciárias nem procederá à apuração de infrações penais, cuja competência é exclusiva da Polícia

Federal e das polícias civis”. Atualmente, a função de polícia ostensiva cabe às polícias militares.

No caso da PF, estabelece atuação contra crimes ambientais e no combate a práticas cometidas por organizações criminosas e milícias privadas que tenham repercussão interestadual ou internacional e exijam repressão uniforme.

O texto prevê, ainda, a constitucionalização dos fundos nacionais de Segurança Pública e Política Penitenciária; a definição das atribuições das guardas municipais, que poderão atuar em ações de policiamento ostensivo e comunitário, além de fazer prisões em flagrante, de forma que não se sobreponham às atribuições das polícias Civil e Militar. Por fim, prevê a criação de corregedorias e ouvidorias dotadas de autonomia funcional para apurar a responsabilidade dos profissionais de segurança pública e defesa social.

Oposição

No entanto, a proposta não passou sem críticas. Na avaliação da líder da Minoria, deputada Caroline de Toni (PL-SC), há uma “perigosa” centralização a cargo da União. O presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Casa, deputado Paulo Bilynskij (PL-SP), classificou o texto como “absurdo” e disse que será modificado ao chegar no parlamento.

A proposição passará, inicialmente, pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) da Casa. Caso aprovada, seguirá para uma comissão especial, que pode alterar a proposta original. Por último, vai ao plenário, onde se realizará a votação em dois turnos.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Lula Marques/Agência Brasil



Sóstenes diz que faltam 51 apoios para pautar anistia

Para Centrão, anistia indica isolamento do PL

Para pelo menos dois deputados do Centrão, a decisão do líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), de esperar deputados no aeroporto de Brasília para tentar assinaturas pró-anistia revela que o projeto ficou restrito ao bolsonarismo.

Para não brigar com seus eleitores, um dos deputados admite votar a favor da proposta, mas diz preferir que ela não che-

gue ao plenário.

Segundo ele, a imagem de Sóstenes no desembarque, cercado de militantes a favor e contra o projeto, revela isolamento agravado pelas ofensas ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Repub-PB), no ato de domingo.

Semana passada, Sóstenes disse à coluna que Motta seria “homenageado” se continuasse a não pautar a anistia.

Posição

A decisão de Sóstenes de caçar assinaturas também indica, afirmam, um gesto político de marcar solidariedade com Jair Bolsonaro, presos pelo 8 de Janeiro e eleitores mais radicais. Estes tendem a rejeitar quem agora não embarcar de cabeça no projeto.

Olho na vaga

A presença de sete governadores na manifestação de domingo também foi vista mais como um aceno aos eleitores do que como gesto de solidariedade. Do grupo, quatro são potenciais candidatos à Presidência em 2026 — todos precisam do voto bolsonarista.

Lula Marques/Agência Brasil



Ex-presidente apoiou medidas de Trump

Posição de Bolsonaro reforça o nem-nem de empresários

O tarifaço decretado por Donald Trump aumentou ainda mais o nem-nem — nem Lula, nem Bolsonaro — de setores importantes do empresariado.

Para integrantes desse grupo, ao apoiar medidas do norte-americano, o ex-presidente, a exemplo do que ocorreu na pandemia, revela preferir suas convicções aos fatos, mesmo

em casos que envolvam interesses nacionais.

A manifestação de Bolsonaro, que contrariou exportadores, serviu para fortalecer ainda mais o quase consenso do empresariado e do mercado financeiro em torno de uma candidatura à Presidência de Tarcísio de Freitas (Repub), governador de São Paulo.

Dá liga

Advogado especializado na área esportiva, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) afirma considerar viável a possibilidade de competições nacionais de futebol passarem a ser administradas por ligas organizadas pelos clubes. A CBF cuidaria apenas de seleções.

Novas SAFs

Portinho conseguiu incluir em projeto que já foi aprovado pelo Senado emenda que autoriza as ligas brasileiras a se constituírem como SAFs, sociedades anônimas de futebol, modelo já adotado por alguns clubes. A proposta está na Câmara dos Deputados.

Convencimento

Para isso, porém, seria necessário superar questões legais, relacionadas ao caráter das ligas, e financeiras: reconhecida pela Fifa e, portanto, dona do que ele chama de “franquia do futebol brasileiro”, a CBF precisaria ser convencida de que lucraria mais com o novo modelo.

Diferenças

Hoje, diz, as duas ligas que reúnem grandes times — Libra e Forte — têm estruturas jurídicas diferentes, o que atrapalha a realização de projetos em comum. A constituição de SAFs favoreceria a possibilidade de uma mudança na organização do Campeonato Brasileiro.